

### **Eixo Temático**

3. Educação no Campo. Marxismo, Trabalho e Formação Humana

### **Título**

## **MODOS DE SOCIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR NA MACRORREGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP: DESAFIOS DA ATUALIDADE E PERSPECTIVAS FUTURAS**

### **Autores**

Maria Isabel Gomes de Araújo Santos (autora)  
Fábio Fernandes Villela (coautor)

### **Instituição**

UNESP – Campus – São José do Rio Preto

### **E-mail**

fvillela@ibilce.unesp.br

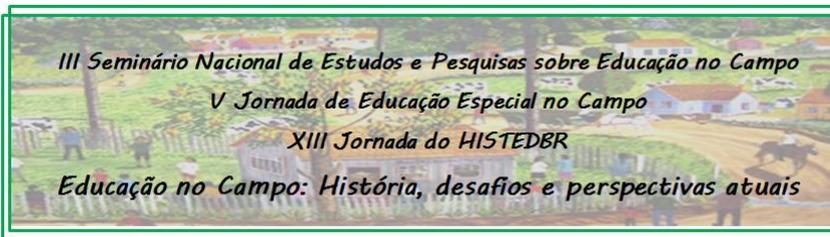
### **Palavras-chave**

Reestruturação Produtiva; Cana-De-Açúcar; Cana-Limpa; São Paulo; Educação Profissional e Formação Omnilateral.

### **Resumo**

O Estado de São Paulo é referência mundial no cultivo e na produção de cana-de-açúcar e seus derivados, sendo o pioneiro em pesquisas e desenvolvimento nesse setor. É no interior paulista que se concentra grande parte da matéria-prima, utilizando nas safras grandes contingentes humanos para o corte manual, que atualmente vem sendo substituído pelo corte mecânico. Este texto analisa o material didático presente nos cursos do Programa Cana Limpa: Sistema de Colheita – Corte Manual, cujo conteúdo foi oferecido, em diversas oportunidades, aos trabalhadores rurais do corte manual da macrorregião de São José do Rio Preto – SP. O texto tem como objetivo descrever e analisar os modos de socialização dos trabalhadores (Cf. Villela, 2008) e propor ações educacionais que superem esse modelo de educação profissional.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



## **Texto Completo**

Este texto analisa o material didático presente nos cursos do Programa Cana Limpa: Sistema de Colheita – Corte Manual, cujo conteúdo foi oferecido, em diversas oportunidades, aos trabalhadores rurais do corte manual da macrorregião de São José do Rio Preto – SP. O texto tem como objetivo descrever e analisar os modos de socialização dos trabalhadores (Cf. Villela, 2008) e propor ações educacionais que superem esse modelo de educação profissional. O texto está dividido em duas partes: (1ª) desafios da atualidade: a permanência do corte manual da cana e a educação profissional para os canavieiros que realizam o corte de cana manual e (2ª) perspectivas futuras: a formação omnilateral.

A primeira parte do texto é destinada a uma contextualização histórica sobre o cultivo da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. O setor sucroenergético é um dos mais importantes na geração de empregos no Brasil. Estima-se que mais de 300 mil trabalhadores estejam envolvidos nas atividades de corte. A mecanização do corte, em resposta à pressão internacional para a comercialização do etanol nacional, trouxe benefícios para os usineiros e trabalhadores, porém milhares de trabalhadores deverão buscar novas oportunidades e enfrentar os desafios de um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Em seguida, analisamos o Programa Cana Limpa: Sistema de Colheita – Corte Manual. Trata-se de um curso de “Formação Profissional”, com o objetivo de elevar o nível técnico, social e econômico do “homem do campo” e melhorar as condições de vida do trabalhador, além de “atualizar” informações sobre o corte de cana, levando ao profissionalismo, destinado aos cortadores de cana do estado de São Paulo e de outras regiões do Brasil, contendo as principais técnicas do corte manual, permitindo adaptações e melhorias de acordo com a região.

Na parte final, apresentamos uma educação para além da educação profissional: a formação omnilateral. Nos Manuscritos econômico-filosóficos, Marx ([1844] 2004) utilizou o conceito de omnilateralidade, que consiste na formação do ser humano baseada no desenvolvimento total, integral, em todas as suas capacidades e potencialidades, em todos os sentidos, superando uma educação profissional fragmentada.



## **1. Desafios da atualidade**

### **1.1. A permanência do corte manual da cana-de-açúcar**

O estado de São Paulo é referência mundial no cultivo e na produção da cana-de-açúcar e de seus derivados, sendo o pioneiro em pesquisas e desenvolvimento nesse setor. Em sua maioria, os canaviais ocupam as porções centrais e orientais do estado de São Paulo. Recentemente, houve expansão para o oeste, sobretudo em áreas com pecuária bovina. O impacto da monocultura da cana acarretou grandes transformações na atividade econômica desses locais e levou a novas condições de trabalho, com reflexos no cotidiano de várias cidades de pequeno e médio porte. Na maior parte das áreas, esse tipo de prática agrícola não beneficiou as populações locais, sobretudo as dos pequenos centros urbanos do estado de São Paulo, cujas economias se mantêm estagnadas, concomitantes a um processo de degradação ambiental devido à poluição atmosférica e à degradação ambiental.

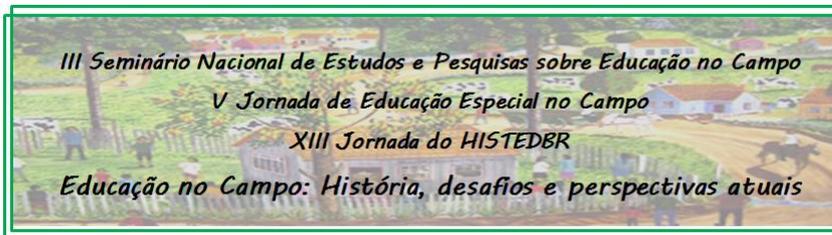
Pouquíssimos são os estudos sobre esses municípios, os quais, sob o impacto da concentração fundiária e econômica, vêm enfrentando um círculo vicioso de desemprego, pobreza e degradação ambiental (Cf. p. ex. Ribeiro e Ficarelli, 2010). Além disso, pouca atenção política vem sendo dada a eles. A cana-de-açúcar é certamente o recurso econômico mais importante para o homem. Ela foi a primeira cultura introduzida no país. É cultivada há quatro séculos no litoral do Nordeste. É uma planta rígida, com tecidos resistentes e elásticos, o que dificulta seu corte. A maior parte da cana-de-açúcar no Brasil é colhida manualmente. A queima das lavouras na pré-colheita torna a planta mais quebradiça, maximizando a capacidade de corte e reduzindo o tempo de colheita. Quando a cana é cortada verde, sem queima, a produtividade média do cortador pode cair para 1/5. A queima da cana traz algumas vantagens agrícolas, além da facilitação do corte. De acordo com Ripoli (2002), há incorporação da palha ao solo, aumentando o teor de matéria orgânica; destruição dos inimigos naturais, como a broca da cana; facilitação das operações de preparo de solo e de cultivo; colaboração na eliminação das pragas da cultura, demandando menos agrotóxicos; eliminação de animais peçonhentos, evitando acidentes com cortadores.



Muitas pesquisas (Cf. Ribeiro e Ficarelli, 2010; Cançado et al., 2006; Arbex et al., 2004; Lopes e Ribeiro, 2006; Ribeiro, 2008; Arbex, 2001; Ribeiro e Assunção, 2002; Zancul, 1998) apontaram consequências negativas das queimadas nas zonas canavieiras, sobretudo na saúde da população e no meio ambiente. Apesar de não ser homogênea, a fumaça carrega partículas carbonizadas (carvãozinho), pó, fiapos de palha e gases nocivos à saúde, como óxidos nítricos (NO), hidrocarbonetos (HC), dióxido de nitrogênio (NO<sub>2</sub>) e monóxido de carbono (CO) (Ribeiro e Assunção, 2002). Dentre as consequências à saúde, são frequentes: irritação nos olhos, ataques de asma, falta de ar, tosse, dores de cabeça.

A partir dos danos causados pelas queimadas, foi outorgada a lei estadual nº 11.241, proibindo gradativamente a queima das culturas de cana-de-açúcar no estado. A Secretaria do Meio Ambiente foi encarregada de fiscalizar as queimadas, e a Secretaria da Agricultura, de acompanhar a modernização das atividades e o impacto do fim das queimas na cadeia produtiva. A justificativa da lei é que as queimadas prejudicam a saúde da população e a atmosfera, agravando o efeito estufa. As datas da proibição total da queima foram contestadas pelos produtores de cana, sendo um dos motivos apontados o alto custo da colheitadeira, em substituição ao corte manual. Entretanto, uma colheitadeira colhe até mil toneladas de cana por dia, substituindo mais de oitenta cortadores manuais. De modo gradativo, a previsão inicial era de que a proibição total fosse efetivada em 2031. Posteriormente, um acordo entre governo do estado e a União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) estabeleceu a redução do prazo para 2014 em áreas mecanizáveis e 2017 em áreas mais íngremes não mecanizáveis (UNICA, 2014).

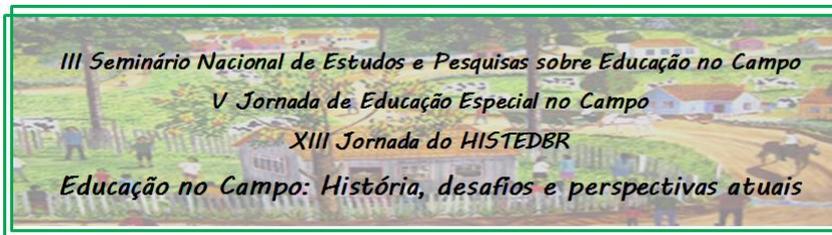
Segundo Silva (2005), as condições de trabalho dos cortadores de cana são péssimas, tendo sua vida útil comparada à de um escravo na época do Brasil Colônia. A autora apontou denúncias do Ministério Público e da imprensa sobre as más condições de trabalho e de vida desses cortadores, a maioria migrante. Como, em muitos casos, uma quantidade mínima de corte é exigida do cortador e sua substituição por outro mais produtivo pode ocorrer facilmente, ele entra num ciclo vicioso, no qual, se não trabalhar, não sobreviverá. Alves (2006) aponta as principais causas que levaram à morte 13 cortadores de cana durante a safra 2004/2005 no estado de São Paulo: o



trabalho pago por produção e a busca de remuneração suficiente. O autor compara dados das décadas de 1950 e 1960, quando a média era de 3 t/pessoa/dia de cana cortada, com os atuais 12 t/pessoa/dia (em média) e afirma que a exigência atual de produção causa excesso de fadiga. A morte seria por deficiência do funcionamento de órgãos, causada pelo enorme esforço físico feito pelos cortadores para cortar mais e ganhar mais.

Contudo, a lei da proibição das queimadas aos poucos tem sido aceita por fazendeiros e empresários do setor e o investimento em máquinas colheitadeiras tem crescido. A área de colheita de cana crua e mecanizada tem apresentado aumento percentual expressivo no estado, pois representava 34,2% na safra de 2006/2007 e 49,1% na de 2008/2009. Inversamente, o percentual de área colhida com fogo prévio sofreu redução, de 65,8% na safra 2006/2007 para 50,9% na safra 2008/2009. O setor sucroenergético é um dos mais importantes na geração de empregos no Brasil. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), em 2008 foram contabilizados 1.283.258 empregos formais: 481.662 no campo, para o cultivo da cana-de-açúcar; 561.292 nas fábricas de açúcar em bruto; 13.791 no refino e na moagem de açúcar; e 226.513 na produção de etanol. Como para cada emprego direto são gerados dois indiretos, chega-se à marca de 3,85 milhões de pessoas alocadas em empregos relacionados à cana-de-açúcar (Cf. UNICA, 2014).

Os trabalhadores rurais deste setor passam por momentos de incerteza, pois, não tendo a opção do trabalho no corte, buscam novas opções de trabalho. Pouco se sabe sobre como a economia brasileira irá recolocar esses trabalhadores e quais serão as possibilidades de funções no mercado de trabalho. Os canaviais constituem importante fonte de emprego para uma fração da população com baixo nível de instrução, e os anos de estudos estão naturalmente refletidos nos salários. De qualquer forma, para avaliar o nível de remuneração dos trabalhadores nas plantações de cana, a comparação mais reveladora é em relação aos empregados de outras culturas. Nesse universo, o trabalhador dos canaviais, com rendimento médio de R\$ 721,58, segundo a PNAD de 2009, só perde para o que trabalha nas fazendas de soja (R\$ 905,33), altamente mecanizadas e que, portanto, demandam mão de obra mais qualificada. (UNICA, 2014).



Segundo Vilas Boas e Dias (2009), apesar de não se conhecer bem o perfil dos trabalhadores envolvidos no setor sucroalcooleiro, no Brasil, estima-se que aproximadamente 335 mil trabalhadores estejam envolvidos nas atividades de corte. Na questão ambiental, a eliminação das queimadas é uma vitória para a população que habita as zonas sucroalcooleiras, incluindo os cortadores, porém, socialmente, a mecanização poderá marginalizar essa população caso propostas alternativas de trabalho e de inclusão social não sejam pensadas, planejadas e implementadas.

As atividades de corte manual, utilizado desde a colonização, agora com a reestruturação e a mecanização e respondendo à pressão dos exigentes mercados de exportação acerca das péssimas condições de trabalho oferecidas e do desrespeito trabalhista aos usineiros, foram consideradas degradantes e desumanas. A agroindústria canavieira sempre foi palco de conflitos entre os trabalhadores e usineiros, no governo Lula, por exemplo, esse setor foi criticado por conta dos pesados custos ambientais e sociais. Em 2009, em resposta à pressão dos exigentes mercados europeus na compra do etanol nacional, foi assinado um protocolo que certificava as usinas que o incorporassem e atestava a responsabilidade socioambiental do nosso álcool. Esse selo de conformidade com as relações trabalhistas ambientais também configurava o momento de mecanização do corte de cana, sendo esperada a rápida redução de 50% dos postos de trabalho para os próximos três anos.

A substituição da mão de obra manual pela mecânica levou a uma reformulação nas políticas de recursos humanos das usinas, levando a uma maior proximidade no relacionamento com os cortadores de cana. Através de parcerias entre usinas e entidades empresariais representativas do setor sucroalcooleiro, buscaram-se alternativas que levem à manutenção da empregabilidade dos trabalhadores cortadores, que estão sendo substituídos pela máquina no eito, ofertando cursos para os mesmos, que são pré-selecionados através dos departamentos de recursos humanos das usinas. Tanto a criação e adesão a este protocolo, que entre outras coisas, prevê a assinatura de carteiras de trabalho, o respeito aos acordos trabalhistas e a contratação de trabalhadores migrantes, ofertando condições de permanência, quanto essas ações afirmativas para



socializar o profissional têm como pano de fundo a tentativa de construir uma nova imagem para o agronegócio, especificamente para as usinas sucroalcooleiras.

## **1. 2. A educação profissional para os canavieiros no corte de cana manual**

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – FAESP, juntamente com o Serviço Nacional de aprendizagem Rural – SENAR, especificamente a administração regional do estado de São Paulo, em parceria com o Sindicato Rural de Catanduva, estado de São Paulo, ofereceram aos trabalhadores rurais do corte manual de uma usina dessa mesma cidade um curso intitulado Programa Cana Limpa: Sistemas de Colheita – Corte Manual (Cf. FAESP-SENAR, 2014). Realizaremos uma análise desse material cedido por um trabalhador rural do corte manual que recebeu o treinamento. Criado em 23 de dezembro de 1991, sob a lei 8.315, artigo 62, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi previsto sob os moldes do SENAI e SENAC. Segundo o presidente da FAESP, Fabio de Salles Meirelles, cabe ao programa organizar, administrar e executar a formação profissional rural e a promoção social através de processos educativos de acordo com a realidade rural:

[...] visando propiciar ao homem do campo o seu desenvolvimento integral, como cidadão e como trabalhador, dando-lhe uma perspectiva de crescimento e bem-estar social, objetivando o melhor desempenho nas ocupações rurais e a oferta de novas oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho atual e futuro. (FAESP-SENAR, 2014).

Mantida pela classe patronal rural, essa instituição é de direito privado, paraestatal, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e dirigida por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, composto por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora, com igual número de conselheiros. O material didático do curso de “formação profissional” tem como objetivo elevar o nível técnico, social e econômico do “homem do campo” e, segundo a instituição, melhorar as condições de vida do trabalhador, “atualizar” informações sobre o corte de cana, levando ao profissionalismo, sendo destinado aos cortadores de cana do estado de São Paulo e de outras regiões do Brasil, contendo as

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



principais técnicas do corte manual, permitindo adaptações e melhorias conforme cada região, havendo necessidade, no entanto, de uma padronização técnica dos participantes do curso.

Procurou-se utilizar uma linguagem “de fácil didática e entendimento” para que o público alvo pudesse entender, mantendo informações técnicas de grande importância para o manejo correto da cana-de-açúcar. Este material didático está dividido em três capítulos, buscando como resultado um melhor desempenho do trabalho no corte da cana. O capítulo 1 contém informações aos trabalhadores sobre a cana-de-açúcar e sobre a importância do trabalho que desempenham na cadeia produtiva, buscando “humanizar” (sic), fazendo com que haja mais harmonia entre os elementos da cadeia produtiva, resultando em qualidade produtiva. O capítulo 2, intitulado “Orientação Técnica”, contém a teoria do plano de aula, sendo apresentados os programas de cana limpa, envolvendo os sistemas de colheitas, orientações envolvendo particularmente o corte manual de cana e suas consequências, fixando a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); as ferramentas de trabalho; o cuidado com o meio ambiente; a importância do corte bem feito e as consequências para a lavoura; e ainda informações sobre a cana-de-açúcar na fabricação de açúcar e álcool. Finalmente, o capítulo 3 apresenta a prática de todo o conhecimento adquirido em sala de aula no campo, momento em que os participantes têm a oportunidade de discutir acertos e erros, trocando conhecimentos e experiências.

O conteúdo programático do curso acerca do corte manual de cana-de-açúcar tem duração de oito horas e apresenta orientações sobre o programa “Cana Limpa”, cujo objetivo é o treinamento do cortador de cana-de-açúcar, passando pelos seguintes temas: (1) equipamentos de proteção individual (EPIs); legislação, direitos e deveres do empregador e do empregado, itens de equipamentos, utilização correta e conservação; (2) equipamentos e ferramentas de trabalho (podões ou facões, limas, conservação dos equipamentos, ergonomia); (3) qualidade da matéria-prima (redução do teor de impurezas, tipos de impurezas e vegetais da matéria-prima); (4) benefícios da implantação de um programa de cana limpa; (5) colheita manual da cana-de-açúcar: procedimentos (queima da palha da cana; legislação da queima controlada e



planejamento; corte da cana-de-açúcar – operações de corte; número de ruas por eito; abertura dos eitos; procedimentos para o corte; modalidades de corte, desponte, limpeza de eitos e ações não desejáveis); e, finalmente o conteúdo intitulado (6) recomendações de segurança, educação e meio ambiente.

Oferecendo um breve e rápido conteúdo histórico sobre a cana-de-açúcar, sua implantação em nosso país, o material didático busca contextualizar o trabalhador sobre o passado e o presente do cultivo da cana no país, fornecendo informações sobre a inauguração da agroindústria sucroalcooleira no Brasil, há 470 anos, ressaltando a grande importância econômica, social e ambiental para o Brasil.

Destacamos, no final do Capítulo 1, o item 3.1: “Profissional do Corte Manual”. O subitem apresenta uma imagem de trabalhador, vestido com os equipamentos de proteção individuais indicados para o exercício do corte segundo o material didático. Acima dessa imagem está a orientação de que o trabalhador deve ter total comprometimento com as necessidades da indústria açucareira, ou seja, deve seguir o padrão estabelecido para o corte a fim de levar a indústria a obter melhores resultados. Observamos a tentativa de responsabilizar o cortador sobre a longevidade do cultivo da cana, diferenciando um corte bem feito e um corte ruim, em outras palavras, os benefícios de um custo menor da produção estariam associados ao corte realizado pelos trabalhadores. No capítulo 2, o foco central é o treinamento do profissional do corte de cana, especificando inicialmente os EPIs. Contando com imagens e lembretes em destaque, demonstra quais são e como usar os EPIs e indica quais comportamentos o trabalhador deve ter ou não.

No item 5.4.1, “Redução do teor de impurezas”, inicia-se a orientação acerca da redução dessas impurezas para o aumento da qualidade da cana. São apresentados os benefícios da implantação do Programa de Cana Limpa: (1) de natureza técnica: profissionalizar produtores, trabalhadores rurais, operadores de carregadoras e motoristas, levando-os a conhecer melhor as técnicas para realizar suas tarefas e os papéis que devem desempenhar; (2) de natureza econômica: melhor rendimento de mão de obra, com reflexos na qualidade da matéria-prima, diminuição dos custos de produção e aumento da produtividade; (3) de natureza social: qualificação e valorização



do trabalhador, demonstrando sua importância para o setor; (4) de natureza ambiental: eliminação da lavagem da matéria-prima em função da diminuição de impurezas, proporcionada pelo corte correto e de qualidade, resultando em menor consumo de água; disponibilização de água para outros fins, redução da poluição e menor interferência no meio ambiente; (5) maior integração do fornecedor da cana-de-açúcar na Unidade Industrial; (6) aprimoramento das demais atividades utilizadas na produção da matéria-prima, como o preparo do solo, plantio, cultivo/adubação, queima, corte, carregamento, transporte, otimizando todas as etapas da produção da matéria-prima.

Tais benefícios, segundo o material analisado, são para todos os envolvidos no manejo, cultivo, colheita, sendo de suma importância a aplicação diária de todas as técnicas ensinadas. O trabalhador é responsável por todos os setores apresentados. Ainda no capítulo 2, inicia-se a discussão sobre a queima controlada da palha da cana, contendo orientações técnicas sobre a queima, procedimentos para o corte, abertura de eitos. Também são apresentadas recomendações de saúde, educação e meio ambiente. E, finalmente, no capítulo 3, conclui-se que a prática de todas as orientações contidas no material didático será no campo, onde os participantes, de fato, praticarão durante toda a safra, enfatizando o uso dos EPIs, convidando-os a uma troca de experiências, através de uma discussão em grupos, contando com a participação do instrutor de uma forma ativa.

## **2. Perspectivas Futuras**

Nos Manuscritos econômico-filosóficos, Marx ([1844] 2004) utiliza o conceito “omnilateralidade”, que consiste no desenvolvimento total, integral do ser humano, em todas as suas capacidades, potencialidades, em todos os sentidos, superando assim a alienação. A apropriação de toda a riqueza historicamente acumulada é o único caminho para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, a superação das alienações de todas as formas, uma formação omnilateral, em contraposição à formação fragmentada e unilateral do capitalismo. Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (Cf. Saviani, 2005; 2002 e 1983), há um grande enfrentamento em relação ao que vem sendo posto no campo educacional formal e informal. Ao entender e reconhecer que na



sociedade capitalista a atividade vital se apresenta alienada, alienando o indivíduo do objeto, da atividade, da condição de ser gênero e da relação com o outro ser humano, será possível trabalhar na educação em todos os seus níveis de maneira a contribuir para a luta da superação da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade na qual haja apropriação da riqueza humana objetivada material e não material, socializando-a e tornando-a não privada através de uma postura que se oponha a tudo que favoreça a limitação, o imediatismo humano, a fragmentação.

A esse contexto de formação fragmentada, alienada e imediatista oferecida aos trabalhadores rurais em exercício naquele momento histórico, que em nada os preparou para o desemprego em massa a que, atualmente, com a mecanização do corte da cana-de-açúcar, foram acometidos, contrapomos o projeto social, político, econômico e pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seguindo as considerações de Menezes Neto (2011; 2003) e Machado (2010; 2003), projeto que se opõe às investidas do capitalismo ao descartar grupos de trabalhadores desempregados classificados como “inimpregáveis”. A luta do MST é pelos bens e direitos de cidadania, transcendendo a luta pela terra.

O capitalismo, além de estar presente no campo, tem modificado, ao longo dos anos, o processo produtivo agrícola, conforme exposição realizada nesse trabalho até então, com a reestruturação do corte manual da cana-de-açúcar e posterior mecanização do processo. Os grandes monopólios econômicos introduzem novas relações sociais no campo. Ou seja, o desenvolvimento da ciência e da técnica, sob o capitalismo, em vez de servir para aliviar os indivíduos dos trabalhos fatigantes, serve, na verdade, para afastá-los de um direito elementar: o direito a seu trabalho. (MENEZES NETO, 2003).

Historicamente desprezada pelas políticas públicas, segundo Machado (2010), a educação do campo é uma das dimensões da diversidade sociocultural de nosso país que não pode mais ser negada. O MST emergiu como movimento social contrariando as políticas que, de certa forma, silenciavam a diversidade sociocultural do campo e as potencialidades criadoras de seus sujeitos, construindo projetos político-sociais e pedagógicos que favoreçam uma formação omnilateral, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra contempla em seus projetos uma dimensão de



totalidade, saberes locais e universais, superando a dicotomia campo-cidade criada historicamente.

Na tentativa de inovar a produção agrícola para dar abertura ao capital no campo, grandes grupos investem em tecnologia e reestruturam todo o setor, sem levar ganhos sociais aos trabalhadores e pequenos agricultores, desencadeando o desemprego. Menezes Neto (2003) explica que a concentração de terra por parte dos latifundiários, conservadora e excludente, é uma questão agrária histórica que se agrava com o capitalismo cada vez mais presente no campo, pois a modernização do processo produtivo não exclui o latifúndio. Esse mesmo autor ainda ressalta que, atualmente, com as políticas neoliberais, os grandes grupos se denominam a “face moderna” da sociedade brasileira. Em contrapartida, os trabalhadores também inventam formas de sobrevivência, de se colocarem frente a esse sistema hegemônico político. Organizações oferecem formação profissional aos trabalhadores do setor para combater o desemprego, focando, no entanto, na “empregabilidade”, reproduzindo a lógica do capitalismo, levando-os ao conformismo em relação aos interesses da empresa, do empregador.

O MST, segundo Menezes Neto (2003), teve sua origem nas lutas dos expropriados da terra, contou com o apoio das alas das igrejas que seguiam a Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base e de militantes sindicais, buscando realizar seu projeto educacional, que em nada se parece com as medidas institucionais que fundamentam a “empregabilidade” dos trabalhadores marginalizados pelo sistema. O projeto político do MST e as questões sobre o trabalho perpassam pela proposta cooperativista, contrapondo as medidas neoliberais, apresentando uma organização social marcada pela solidariedade. As diversas escolas dos assentamentos, cada uma com suas particularidades, são organizadas legitimamente de forma coletiva ou cooperada. O MST proporciona uma pedagogia que busca atender às necessidades dos trabalhadores da terra, ligada às diversas lutas do movimento, modernizando as relações sociais e educacionais brasileiras, oferecendo uma educação escolar como direito do cidadão ao trabalho, à cultura, ciência, arte e ao lazer. Dessa forma, o MST faz da educação um elemento fundamental na construção de uma alternativa política para os



trabalhadores rurais, de acordo com a vida social e as necessidades produtivas, possibilitando uma formação omnilateral.

Os cursos de capacitação profissional oferecidos aos trabalhadores assentados possuem duas funções: formar militantes para o MST e qualificá-los tecnicamente, combatendo os desvios considerados mais comuns nos assentamentos, como o economicismo (querer ficar rico), a social-democratização (contentar-se com reformas), o comodismo, o peleguismo e o corporativismo. (Menezes Neto, 2003). Trata-se de uma formação que busca a consciência política, a vivência de novos valores, fora da lógica do capital, enfrentando e confrontando o neoliberalismo. Ao produzir seu próprio material educativo, discutindo seu projeto, fruto das realidades dos assentamentos, segundo Menezes Neto (2003), o MST desenvolve seu projeto educativo sobre três eixos: a) as lutas dos trabalhadores rurais pelo seu direito ao trabalho e à terra; b) as ações do MST; e c) as elaborações teóricas de clássicos do pensamento socialista. Os princípios filosóficos que fundamentam seus princípios educacionais são: (1) educação para a transformação social; (2) educação para o trabalho e a cooperação; (3) educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; (4) educação com/para valores humanistas e socialistas; e (5) educação como um processo permanente de formação (Menezes Neto, 2003).

Tais princípios devem fortalecer o poder popular, vinculado às lutas e aos objetivos, ampliando a cultura dos alunos, dando identidade aos mesmos. Já os princípios pedagógicos estão elencados em treze itens: (1) Relação entre teoria e prática; (2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; (3) Realidade como base da produção do conhecimento; (4) Conteúdos formativos socialmente úteis; (5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; (6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; (7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; (8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; (9) Gestão democrática; (10) Auto-organização dos/das estudantes; (11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras; (12) Atitude e habilidades de pesquisa; (13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (MENEZES NETO, 2003).



A educação deve partir da realidade concreta, dando fundamento ao conhecimento de interesse dos alunos. A realidade das crianças e jovens da zona rural é vivenciada próxima ao local de trabalho de seus responsáveis. Em outras palavras, educação e trabalho são a base do projeto educacional. Nesse contexto, a educação seria outro modo de socialização e de transformação da cultura, construindo e desconstruindo a identidade dos trabalhadores (Cf. Villela, 2009). Com uma gestão democrática, onde os próprios trabalhadores participam efetivamente do processo de formação, cooperando coletivamente na gestão das escolas, os alunos vivenciam a democracia autonomamente, assumindo um papel de sujeito na construção do conhecimento, com incentivo à pesquisa científica, mesclando trabalhos individuais e coletivos.

### **Conclusões**

O trabalho manual do corte da cana-de-açúcar é uma atividade das mais degradantes, determinando ao trabalhador condições físicas, biológicas e emocionais extremamente nocivas, prejudiciais, com extensa e intensa carga horária de trabalho, caracterizado pela exploração de semiescravidão, tirando do trabalhador toda a sua saúde, muitas vezes, custando sua própria vida. Presenciar essa degradação do humano pelo humano foi minha motivação pessoal para pesquisar esse tema, sou a nona filha de dez filhos, pai, mãe e irmãos, todos envolvidos no corte de cana-de-açúcar, na cidade de Catanduva – SP. Vivenciei a dura realidade da minha família, que incluía a falta, quase ausência de EPIs; o transporte inadequado, levando muitas vezes, a acidentes mortais no percurso até o eito; dores terríveis na coluna e nos membros superiores e inferiores, stress desencadeado pela falta de clareza na pesagem da cana-de-açúcar; além de desidratação; infecções respiratórias e baixa remuneração, para dar uma pálida ideia do cotidiano do trabalhador rural canavieiro.

O Programa Cana Limpa foi oferecido em um curso de duração de oito horas aos trabalhadores rurais do corte manual de uma usina da cidade de Catanduva e demonstra uma formação profissional fragmentada, reprodutora da ideologia capitalista, alienante, que leva o trabalhador a aceitar passivamente as determinações do empregador, não



atendendo a suas necessidades, quando sim, apenas às necessidades imediatistas, não levando à superação, de forma alguma.

Ao observarmos a descrição do conteúdo existente no capítulo 1, o que nos chama atenção é a afirmação de que ao receber conhecimento sobre seu papel na cadeia produtiva da cana-de-açúcar e sobre as partes da planta, isto é, o local exato onde, com seu facão, o cortador deve cortar, de forma a reduzir a zero o número de impurezas na matéria-prima, ação denominada como corte bom, proporcionando ao empregador o maior proveito da sacarose e mais benefícios, diz-se “humanizar” o trabalhador para buscar mais qualidade. A essa “formação profissional” contrapomos a formação omnilateral, como ferramenta de superação das várias formas de alienação estabelecidas e perpetuadas no material didático.

O material didático revela, em primeiro lugar, a alienação em relação ao objeto da atividade, o dinheiro oriundo do agronegócio, pois ao compararmos o salário pago ao trabalhador, que muitas vezes recebe centavos por tonelada cortada, ao lucro obtido da monocultura da cana-de-açúcar encontramos uma diferença discrepante, em segundo lugar, a alienação em relação ao corte manual da cana-de-açúcar, em terceiro lugar, a alienação em relação à condição do cortador de cana como ser genérico, pois o trabalhador se sente estranho na relação com seu trabalho, e em quarto lugar, a alienação em relação a um outro ser humano que é aquele que se apropria do produto da atividade e da própria atividade, nesse caso, os empresários donos das usinas e meios de produção do agronegócio. A pergunta que deixamos em aberto é que humanização o conteúdo desse curso oferece ao cortador manual da cana-de-açúcar?

Em oposição a essa formação profissional, o MST oferece uma formação omnilateral, atendendo a todo tipo de trabalhador à margem desse sistema excludente que privilegia apenas os latifundiários. Oferecendo uma educação escolar como um direito do cidadão ao trabalho, à cultura, ciência, arte, ao lazer e à mística, o MST faz da educação um elemento fundamental na construção de uma alternativa política para os trabalhadores rurais, de acordo com a vida social e as necessidades produtivas, possibilitando uma formação que leva à superação da alienação oferecida pelo sistema. Defendemos uma escola que tenha sentido para os trabalhadores, associando trabalho e



educação. Para o MST, a laicidade na escola não responde às inquietações humanas e às necessidades que todos temos, por se tratar de uma herança do sistema capitalista. A mística, a fé na revolução socialista (cf. Menezes Neto, 2011 e Löwy, 2005) é o que motiva cada um no engajamento para a superação do sistema vigente, o sistema capitalista.

## Referências

- ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, 2006.
- ARBEX, M. A. et al. Queima de biomassa e efeitos sobre a saúde. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 158-175, 2004.
- CANÇADO, J. E. D. et al. Repercussões clínicas da exposição à poluição atmosférica. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Brasília, DF, v. 32, p. S5-S11, 2006. Suplemento 2.
- FAESP-SENAR. Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Programa Cana Limpa: Sistema de Colheita - Corte Manual. **Portal Cooperativo**. Net, São Paulo – SP, 2014. (Material didático originalmente publicado em 2004). Disponível em: <<http://www.faespsenar.com.br/>>. Acesso em: 24 set. 2014.
- LOPES, F. S.; RIBEIRO, H. Mapeamento de internações hospitalares por problemas respiratórios e possíveis associações à exposição humana aos produtos da queima de palha de cana-de-açúcar (*Saccharum sp*) no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 215-225, 2006.
- LOWY, M. Mística revolucionária: José Carlos Mariátegui e a religião. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 19, v. 55, p. 105-116, 2005.
- MACHADO, I. F. Educação do campo e diversidade. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2010. p. 141-156. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p141>> Acesso em: 07/11/2014.
- \_\_\_\_\_. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva da formação omnilateral**. Campinas: UNICAMP, 2003. 328 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/>> Acesso em: 15/10/2014.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



MENEZES NETO, A. J. **Além da terra**: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MENEZES NETO, A. J. Mariátegui e a fé na educação socialista. In: **Anais do V EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**, 2011, Florianópolis. V EBEM. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 1-15. Disponível em: <[http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo\\_05/e05a\\_t004.pdf](http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05a_t004.pdf)>. Acesso em: 09/09/2013.

RIBEIRO, Helena; FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos canaviais e perspectivas dos cortadores de cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 48-63, Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 Ago 2014.

RIBEIRO, H.; ASSUNÇÃO, J. V. Efeitos das queimadas na saúde humana. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, n. 44, p. 125-148, 2002.

RIBEIRO, H. Queimadas de cana-de-açúcar no Brasil: efeitos à saúde respiratória. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 370-376, 2008.

RIPOLI, L. M. C. **Mapeamento do palhicho enfardado de cana-de-açúcar (saccharum sp.) e do seu potencial energético**. 2002. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - ESALQ, Piracicaba, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: SAVIANI, Demerval. LOMBARDI, Claudinei. (Org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. São Paulo: Autores Associados, 2005.

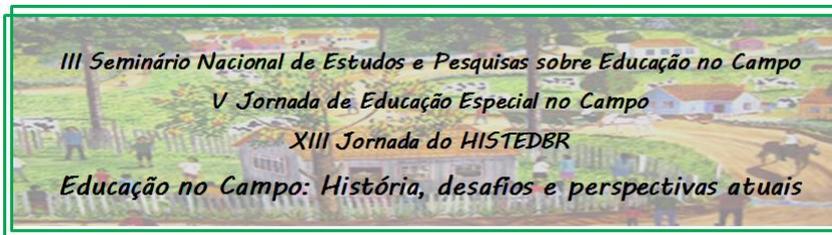
\_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. 35. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na Região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 2-39, 2005.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Documentos: fotos, vídeos e estudos. **Portal Cooperativo**. Net. São Paulo. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/documentos/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

VILAS BOAS, S. W.; DIAS, E. C. Contribuição para a discussão sobre as políticas no setor sucroalcooleiro e as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores. In: PLATAFORMA BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**. Rio de Janeiro, IBASE, 2009. Disponível em: <<http://www.plataformabndes.org.br/>>. Acesso em: 24 de jun. 2014.



VILLELA, F. F. O espaço dos homens plenos: Fernando Salinas, a organização do trabalho pedagógico na escola de arquitetura do ISPJAE / Cuba e a perspectiva de formação omnilateral. In: MENDONÇA, S.G.L.; SILVA, V.P. (Org.). Socialismo e Educação na América Latina: **Coletânea de Textos do IV EBEM- Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009. CD-ROM. ISSN: 2175-2451. Disponível em [http://www.fabiofernandesvillela.pro.br/sistema/aplicativo/downloads/fabio\\_fernandes\\_villela\\_grande\\_sertao\\_dilemas.pdf](http://www.fabiofernandesvillela.pro.br/sistema/aplicativo/downloads/fabio_fernandes_villela_grande_sertao_dilemas.pdf) Acesso em: 04/11/2014.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem ontológica dos modos de socialização da reestruturação produtiva. In: ALVES, Giovanni. (Org.). **Trabalho, economia e educação**: coletânea de textos do VI Seminário do Trabalho. Marília: Gráfica Massoni, 2008.

ZANCUL, A. **O efeito da queimada de cana-de-açúcar na qualidade do ar na região de Araraquara-SP**. 1998. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola de Engenharia de São Carlos - USP, São Carlos, 1998.